

Maricultura Familiar Solidária: uma experiência do Programa Marsol na Rede de Ostreicultores Familiares Solidários da Bahia

Miguel da Costa Accioly
Prof. Dr. da Universidade Federal da Bahia e Coordenador Geral do Programa Marsol
acciolyufba@gmail.com

Natali Lordello de Oliveira
Extensionista de Produção do Projeto Semeie Ostras
natylord@hotmail.com

Fábia Virgínia Marques Calasans
Extensionista de Gestão Social do Projeto Semeie Ostras
fabiacalasans@yahoo.com.br

Naiara Maria Neves Santana
Bolsista de Gestão Social do Projeto Semeie Ostras
naiaramaria@gmail.com

Jussara Rêgo
Coordenadora Técnica do Projeto Semeie Ostras
jussararego@gmail.com

A Maricultura Familiar Solidária é uma alternativa de desenvolvimento sustentável que utiliza a técnica de cultivar organismos marinhos, em ambiente natural, com o objetivo de aumentar a produtividade local, seja para quem vive do consumo e comercialização desses organismos, quanto da manutenção da própria natureza, considerando a capacidade que o ambiente tem de sustentar tal produção (ACCIOLY, TOSTA, & CORRÊA, 2002). Trata-se de uma atividade produtiva/econômica realizada fundamentalmente pelos componentes do núcleo familiar, sem contratações de empregados, e adaptada ao contexto da comunidade em que está inserida. Considera-se que o modelo empreendedor hegemônico muitas vezes procura o ambiente mais favorável às suas necessidades, diferenciando-se do modelo produtivo familiar que busca a atividade adequada ao ambiente onde a família tem seus vínculos comunitários. Esta prática é chamada de solidária por se tratar de ações de ajuda mútua, que preserva e incentiva a cooperação. Em síntese, a Maricultura Familiar Solidária desenvolvida pelo Projeto Semeie Ostras/MARSOL/IBIO/UFBA respeita e valoriza as necessidades e potencialidades das comunidades, do ambiente e da espécie cultivada.

Para qualquer que seja o tipo de maricultura familiar, para a sua sustentabilidade, enquanto atividade que possa promover estabilização social e desenvolvimento local, devem ser considerados alguns pontos básicos como: investimentos acessíveis aos produtores no contexto de suas atividades tradicionais; adequação da atividade pretendida com as condições ambientais; utilização de tecnologias simplificadas, tanto na sua aquisição quanto no manejo; e compatibilidade com as necessidades sociais, culturais, políticas, de forma a desenvolver o território e não apenas um empreendedor ou um componente daquela cadeia.

Segundo SCHOMMER & SANTOS (2006), no campo das relações intersetoriais para o desenvolvimento local, a universidade costuma engajar-se em processos com a presença de atores governamentais, empresariais e da sociedade civil organizada com o intuito de atender as demandas específicas da sociedade, a obtenção de recursos orçamentários adicionais ou a promoção de oportunidades de aprendizagem aos universitários. Estas iniciativas, usualmente, caracterizam-se pela utilização de elementos do discurso participativo em suas metodologias de campo e pelo almejado respeito à diversidade de saberes locais.

No caso específico do MARSOL – Programa de Maricultura Familiar Solidária em Ambiente Costeiro, que atualmente desenvolve o Semeie Ostras, um projeto de extensão universitária, o tripé de sustentação fundamental para que se tenha um bom resultado é a Comunidade, que é capacitada para ser co-responsável pelo projeto; a Universidade, na condição de executora do projeto ao entender, respeitar e potencializar a troca de saberes acadêmicos e populares, não sendo um mero coletor de dados para a geração de produtos científicos que nunca são devolvidos às comunidades; e o Financiador, que independente da localização institucional, precisa ser conquistado para tornar-se um parceiro (SCHOMMER *et al.*,2010).

Além da importância comercial reconhecida (MAGALHÃES, 1985) o cultivo de ostras, denominado dentro da maricultura também como ostreicultura, foi, durante anos, objeto de pesquisa do Programa Marsol, e depois da implantação em algumas comunidades passou a ser demanda dos próprios produtores dessas comunidades para a continuidade em projetos. Segundo DONALDSON (1997), a tendência natural é o desenvolvimento da maricultura para evitar graves prejuízos sócio-econômicos.

A implantação da maricultura com a utilização de espécies nativas da região pode, além de diminuir a pressão sobre as populações de organismos naturais, elevar a

produtividade das áreas costeiras, gerar ingresso econômico às comunidades, e, sobretudo beneficiar na fixação dos pescadores artesanais e marisqueiros em seu local de origem (PEREIRA et al., 2000).

O cultivo de ostras foi, e ainda é, muito desenvolvido no sul e sudeste do Brasil a partir de uma espécie introduzida – espécie exótica originária do Pacífico, a *Crassostrea gigas*. Mas em todo o país, tem sido experimentado e pesquisado o cultivo de espécies nativas, a ostra de mangue (*Crassostrea rhizophorae*) e principalmente a ostra de fundo, ou de mergulho, ou de pedra (*Crassostrea gasar*). É preciso entender que a introdução de espécies exóticas representa um dos maiores riscos à biodiversidade local e conseqüentemente à sustentabilidade da atividade familiar artesanal. Muitas vezes as espécies exóticas, ou seja, espécies não nativas da região, são apontadas como soluções para viabilizar a atividade de maricultura em muitas situações, embora este procedimento traga sérios riscos ao desenvolvimento territorial por impactar outros setores produtivos da comunidade. Desta forma, a biodiversidade local deve ser protegida tanto quanto a cultura, as tradições, a história e outras identidades sociais.

Atualmente no Brasil, a produção de ostras nativas provém da coleta direta das raízes do mangue (extrativismo) e de cultivos (ostreicultura). Comparando as duas origens desse produto, nota-se que as provenientes do extrativismo, em que a extração ocorre diretamente das raízes do mangue, muitas vezes trazem danos irreparáveis ao meio ambiente, pois geralmente não se retira só a ostra, vem junto com ela partes da raiz onde estava aderida (quizambas), e às vezes nem se retira uma ostra por vez, mas cachos inteiros, tendo o cacho ostras de diferentes tamanhos e sendo, as menores descartadas e as maiores selecionadas para a comercialização. Outro aspecto a ser levado em consideração é que o consumidor não tem uma garantia sobre a procedência do local de extração das ostras, podendo inclusive ser de áreas contaminadas. As ostras cultivadas apresentam várias características que as qualificam como um produto diferenciado por preservar diretamente os manguezais e reduzir a pressão sobre o estuário. Sendo o cultivo em uma atividade familiar solidária pode contribuir para o desenvolvimento social e econômico, gerando renda complementar para as comunidades tradicionais. Por enquanto, os cultivos se baseiam na coleta de sementes no ambiente natural, utilizando coletores artesanais que recrutam as sementes do estuário sem causar impacto negativo ao ambiente. As sementes coletadas são transferidas para equipamentos de cultivo como lanternas, cestos ou travesseiros e os equipamentos de cultivo são organizados em sistemas fixos ou mesas, ou em sistemas

flutuantes, como *long-lines* ou balsas (fotos). A escolha dos equipamentos, materiais e sistemas de cultivo dependem dos recursos financeiros de quem vai implantar - seja ele oriundo de particular ou através de projeto - e também das condições ambientais do local escolhido, como variação de maré, correnteza, profundidade, tipo de fundo, ocorrência de predadores ou competidores (BMLP, 2003).

Diante de muitas experiências e tentativas de implantação de atividades ligadas à maricultura, muita atenção deve ser dada aos modelos tecnológicos e econômicos que se deseje implantar para que atendam bem às características necessárias à maricultura familiar. Deve-se ter em mente que essas atividades exigem a articulação de vários conhecimentos especialmente os relativos à: **biologia das espécies** cultivadas, às **condições ambientais** regionais, e à **gestão social** adequada às comunidades envolvidas. Além disso, a cadeia de valor relativa à atividade deve estar estruturada, ou seja, deve haver disponibilidade de: a) **insumos** para as famílias nas comunidades tais como equipamentos e materiais para montagem dos sistemas de cultivo; b) condições de **beneficiamento**, manuseio adequado, embalagem, refrigeração, etc.; c) **garantias sanitárias**, através de monitoramento de condições ambientais e sanitárias do cultivo e do produto; d) **mercado** adequado, com preços justos e necessidades de consumo adequadas. Sem estas condições a cadeia produtiva se desarranja e a atividade não se sustenta por longo tempo. Mais importante de todas as questões para o sucesso da maricultura familiar é o respeito e a articulação entre os saberes técnicos e os saberes comunitários. Desta forma deve-se buscar as possibilidades técnicas dentro dos potenciais das comunidades, ambientes e espécies. Todas as experiências em que alguma necessidade específica se impôs sobre os potenciais e necessidades locais resultaram em fracasso ao longo do tempo. São experiências de “pacotes tecnológicos” ou de projetos que trazem soluções prontas para o desenvolvimento das comunidades. São as ações ditas “de cima pra baixo”, que não respeitam todas as necessidades e potenciais locais.

A Rede de Ostreicultores Familiares e Solidários da Bahia: uma experiência de organização comunitária

O Marsol – Maricultura Familiar Solidária – é um Programa do ECOMAR – Laboratório de Ecologia Costeira e Maricultura, do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia. É um programa de extensão universitária que articula pesquisa e ensino, e surgiu a partir de experiências com a maricultura artesanal vivenciadas em projetos fomentados por governos e universidades em comunidades

pesqueiras tradicionais da região do Baixo Sul Baiano. O Programa tem como princípio básico trabalhar nos moldes da Economia Solidária - que segundo FRANÇA (2002), se trata de um modelo econômico geralmente encontrado em iniciativas populares que integra lógicas de cooperação, fortalecimento de vínculo identitário local, inserção cidadã, geração de alternativas de trabalho e renda através de empreendimentos solidários - aliando produção e gestão social para construir coletivamente possibilidades de sustentabilidade ambiental e econômica com as comunidades tradicionais.

O Programa ao longo da sua trajetória congregou projetos de maricultura familiar solidária que potencializaram ações para o desenvolvimento das comunidades tradicionais pesqueiras do litoral baiano. Atualmente desenvolve um projeto intitulado Semeie Ostras que é uma experiência de **construção participativa**, desde a fase de sua elaboração, junto com comunidades pesqueiras do Baixo Sul Baiano, da Baía de Todos-os-Santos e instituições parceiras que se reúnem para fomentar a Rede de Ostreicultura Familiar Solidária da Bahia. O Projeto em questão, iniciado em dezembro de 2009, tem duração de 24 meses e é financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

O **Semeie Ostras** tem como objetivo disponibilizar assistência técnica direta aos produtores de três comunidades do Baixo Sul – Taperoá (município de Taperoá), Quilombo da Batateira e Galeão (Cairú), e favorecer a integração em Rede destas comunidades com as demais unidades produtivas familiares de Baiacu, Ponta Grossa, Matarandiba (município de Vera Cruz); Ilha da Banca (Jaguaripe); Quilombo de Porto do Campo e Ilha Grande (Camamu); Tanque (Maraú); Graciosa (Taperoá); e Quilombos do Iguape (Cachoeira) todas no estado da Bahia. Estes grupos produtivos desenvolvem atividades de pesca e agricultura familiar e em sua maioria são comunidades negras rurais quilombolas que têm em seu entorno grandes riquezas naturais, que podem ser transformadas em trabalho e renda para garantir a permanência dos indivíduos nos seus territórios (SCHOMMER *et al.*, 2009).

A **Rede de Ostreicultores da Bahia** é uma articulação que agrega 12 comunidades e prevê o fortalecimento do trabalho cooperativo, articulando ações de promoção da produção da ostreicultura, monitoramento ambiental e controle sanitário do produto, consumo e comercialização sustentável de ostras com a valorização dos saberes tradicionais e o respeito à diversidade de gênero e etnia. O trabalho da Rede de Ostreicultores prioriza os princípios e práticas de cooperação, democracia,

transparência e solidariedade para todos os envolvidos no sistema sócio-produtivo e agentes diretos e indiretos da cadeia produtiva, como fornecedores e mercado consumidor.

As atividades do projeto Semeie Ostras integram as comunidades na construção de um planejamento participativo que resulta em ações regulares de acompanhamento da produção e da gestão social da Rede de Ostreicultores, garantindo a inserção cidadã de homens e mulheres produtoras e a autonomia dos grupos produtivos.

As ações previstas pelo Projeto Semeie Ostras contemplam:

Capacitações em Maricultura, organização produtiva, Economia Solidária e Educação Ambiental através da realização de oficinas voltadas ao uso coletivo dos recursos naturais, gênero e etnia, gestão participativa e conservação ambiental com foco no desenvolvimento de práticas no cultivo. Na Rede de Ostreicultores, as capacitações agregam entre 60 e 70 produtores, e têm se constituído em espaços privilegiados de sensibilização para pautas estruturais como a legalização dos cultivos, a regularização jurídica da organização, entre outros temas. Como estratégia de formação, nas capacitações é priorizado o aprendizado coletivo do grupo através da interação entre diferentes comunidades, da disseminação de novas idéias, novas formas de atuação, novos modelos de ação. A criação de metodologias e de estratégias que possibilitem disseminar uma nova cultura de sentir, pensar e fazer coletivamente é um dos grandes desafios que vem sendo superado com a criação de espaços para o aprendizado entre pares. Entre julho de 2010 e julho de 2011, sete capacitações foram realizadas, com as seguintes temáticas: *1 – Cessão de Águas Públicas para fins da Aquicultura; 2 – Economia Solidária e Rede; 3 – Planejamento Estratégico da Rede; 4 - Estruturação da Rede; 5- Associação X Cooperativa; 6. Área Preferencial e Área Aquícola – Cessão de Águas; 7. Estatuto da Cooperativa* (fotos).

Nos grupos, o **Estudo de Viabilidade Econômica** foi apresentado como uma metodologia de qualificação do campo de atuação do Projeto Semeie Ostras, um preparo do terreno na medida em que a necessidade de autonomia, identificada no tópico de auto-preparação, foi por esta metodologia potencializada. Com a metodologia da Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa), foi possível entender: 1. A importância de desmistificar os números no processo produtivo, tornando acessíveis cálculos simples referentes ao custo dos materiais da infra-estrutura do cultivo; da matéria-prima e dos insumos que envolvem todo o ciclo que vai da produção à comercialização; 2. A importância da articulação afinada entre o

processo de produção e gestão social para viabilizar a realização das tarefas produtivas; 3. A importância de favorecer a autonomia dos produtores ao possibilitar que eles compreendam e controlem o processo produtivo. Estes são elementos fundamentais para o desenvolvimento da Rede de Ostreicultores da Bahia e dos grupos produtivos de cada comunidade.

Atividades voltadas à produção e consolidação comercial, como eventos promocionais da ostra cultivada como um produto especialmente confiável, que seja atestada qualidade sanitária e produzida com justiça social e adequação ambiental. Neste sentido, destacamos a participação do grupo em três Feiras como uma oportunidade de aprendizado coletivo da comercialização solidária. A participação da Rede em feiras foi uma estratégia montada para criar nos produtores a experiência de comercialização coletiva, tendo em vista que muitos produtores não tinham qualquer experiência anterior com o escoamento da sua produção. Neste sentido, a equipe executora do projeto articulou a participação dos grupos de Taperoá e Graciosa na Feira do Guaraná, em setembro de 2010. Em outubro os grupos de Galeão, Baiacu e Taperoá participaram da Feira do Marisco, que aconteceu no município de Salinas. Em dezembro, Taperoá, Porto do Campo e Graciosa participaram da Feira Nacional de Economia Solidária (fotos), que aconteceu em Salvador. Em momento posterior a cada uma dessas feiras, os grupos foram reunidos para fazer uma avaliação do processo e calcular a sobra, uma linguagem utilizada na Economia Solidária para tratar da diferença entre o investimento, os custos fixos e variáveis e o resultado final da venda. Em um aprendizado coletivo, os grupos sempre admitiram que estavam aprendendo com o erro por não terem a prática de registro, fundamental para o processo produtivo. Essa questão foi tratada no Estudo de Viabilidade Econômica, uma metodologia para desmistificar os números e fortalecer a autonomia dos grupos produtivos.

Intercâmbios entre os grupos da Rede - Os intercâmbios têm sido utilizados no fomento da Rede como uma metodologia de aprendizagem entre pares ao favorecer a comunicação e a troca de conhecimentos, assim como possibilitar espaços para o empoderamento e a emancipação dos produtores, durante momentos de aprendizagem mútua. A metodologia de aprendizagem entre pares tem sido utilizada como um importante mecanismo no desenvolvimento comunitário, visando o rompimento do assistencialismo e buscando a sustentabilidade e autonomia dos grupos. O incentivo ao intercâmbio entre grupos e comunidades da Rede de Ostreicultores é uma estratégia que fortalece uma cultura de troca e solidariedade. Esta prática aconteceu espontaneamente entre algumas comunidades (fotos): como em Baiacu e Matarandiba e entre Graciosa e Ponta Grossa (gerando a doação de materiais); entre Taperoá e

Galeão (resultado da troca de um dia de trabalho para a construção da balsa por sementes de ostras); entre Galeão e Batateira (trocando a construção de balsa por sementes).

Outra possibilidade de intercâmbio é o regional (fotos) e o internacional, resultado da articulação do Projeto Gente da Maré (*World Fisheries Trust*, Ministério da Pesca e Aquicultura e Universidades federais brasileiras, com recursos do CIDA) em parceria com o Projeto Semeie Ostras (Universidade Federal da Bahia com financiamento do Ministério da Pesca e Aquicultura). Com estes intercâmbios tem sido possível experimentar outras potencialidades na implementação dos processos de aprendizagem entre os pescadores tradicionais e as vivências comunitárias de cultivo de ostras nativas.

Reuniões do Conselho Gestor da Rede de Ostreicultores – espaço deliberativo formado por representantes das comunidades ostreicultoras, pela equipe executiva, pelo financiador e parceiros institucionais diversos. Na gestão social, a co-gestão ou gestão compartilhada é uma estratégia de descentralização do poder e socialização dos saberes. O projeto, dentro da ação do conselho gestor, tem apostado na coletivização das ações como um caminho para a autonomia. A maximização do processo de construção e decisão coletiva no âmbito da Rede, especialmente do Conselho Gestor do Projeto, um espaço deliberativo constituído por representantes de todos os grupos que participam desta articulação, tem sido uma das estratégias utilizadas para facilitar este processo. Planejar, executar, monitorar e avaliar coletivamente tem sido uma importante estratégia de formação das pessoas e dos grupos que compõem a Rede de Ostreicultores, uma estratégia utilizada para transferir a coordenação das atividades, preparando os produtores para assumir a coordenação da Rede na ausência da equipe técnica do Projeto, em um exercício de co-responsabilidade entre técnicos e produtores (fotos).

Depois de 9 meses de acompanhamento do Conselho pela equipe executora do Projeto, vem sendo implementado estratégias de compartilhamento de saberes com este grupo, convidando-o a realizar junto com a equipe, as tarefas de organização das Oficinas, Capacitações e Intercâmbios; de administração dos recursos; de estabelecimento de contatos com parceiros institucionais; de elaboração de projetos. Este modelo está sendo experimentado como uma estratégia para capacitar o grupo em uma gestão coletiva pela autonomia. Na primeira reunião do ano de 2011, o Conselho Gestor da Rede decidiu coordenar a primeira capacitação deste ano (tema Associação x Cooperativa) e demandou um momento de preparação para que pudesse, com o

apoio de uma especialista na área, compreender qual a representação jurídica mais apropriada para a rede. Depois disso, executou o planejado e avaliou a sua ação de coordenação da capacitação. O Conselho está em um processo de reconhecimento e de identificação de seus pares, de amadurecimento e de construção de uma gestão própria e apropriada à Rede que por eles, a cada dia é, um pouco mais idealizada.

Conclusão

A maricultura familiar solidária é uma estratégia alternativa de desenvolvimento local. No Projeto Semeie Ostras/Marsol/IBIO/UFBa esta prática tem como princípio a convergência de interesses coletivos para garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica a Rede de Ostreicultores Familiares Solidários da Bahia. A intervenção do Programa Marsol nas comunidades do Baixo Sul e Baía de Todos-os-Santos corresponde a um processo de amadurecimento coletivo da equipe técnica, das comunidades e das relações interinstitucionais, que se concretiza nas tecnologias empregadas nas unidades produtivas e no desenvolvimento de conceitos e estratégias para pensar e fazer a gestão social participativa. Portanto, é importante trazer essa experiência, discutindo metodologias de construção participativa, respeitando os saberes locais e a diversidade de atores e atrizes que compõem os cenários envolvidos.

Fotos de algumas das atividades realizadas no Programa Marsol



Foto 1 – cultivo em long-line



Foto 2 – cultivo em mesa



Foto 3 – cultivo em balsa



Foto 4 – avaliação da estrutura de cultivo



Foto 5 – colocação de coletores artesanais nas raízes do mangue



Foto 6 – oficina de capacitação da equipe técnica no campo

Fotos de algumas das atividades realizadas no Programa Marsol



Foto 7 – Oficina de Plano de MKT em uma das comunidades



Foto 8 – atividade de manejo no cultivo de ostras



Foto 9 – produtores em atividade no cultivo em Galeão



Foto 10 – produção de Galeão armazenada em cesto



Foto 11 – produtoras aplicando Pesquisa de Opinião em Biopeba - Oficina sobre Comercialização



Foto 12 – participação de produtores na Feira de Economia Solidária em Salvador

Fotos de algumas das atividades realizadas no Programa Marsol



Foto 13 – intercâmbio para Cananéia –SP em parceria com o Projeto GDM



Foto 14 – intercâmbio de representantes da Rede ao Pará em parceria com o Projeto GDM



Foto 15 – Capacitação da Rede de Ostricultores – elaboração do Estatuto



Foto 16 – intercâmbio para mutirão de limpeza do cultivo da comunidade de Taperoá



Foto 17 – Oficina sobre Formalização da Rede no ECOMAR com o Conselho Gestor da Rede



Foto 18 – reunião do Conselho Gestor em Taperoá

Referências Bibliográficas

ACCIOLY, M. C.; TOSTA, G. & CORRÊA, A. M., 2002. A Farming marine shrimp in floating cages: an effort to develop an alternative sustainable mariculture in Bahia (Northeast Brazil). In: **International Conference On Sustainable Management Of Coastal Ecosystems**. Porto-Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 2002.

BRAZILIAN MARICULTURE LINKAGE PROGRAM (BMLP), 2003. **Manuais de maricultura: 2. Cultivo de Ostras**. Salvador: Multitarefa. 30p., il.

CALASANS, F. V. M. **O Gestor Social Como Facilitador do Desenvolvimento: Aprendendo com a Metáfora do Jardineiro**. (Dissertação). Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, 108f. Salvador, Bahia, 2011.

DONALDSON, E. M. , 1997. The role of biotechnology in sustainable aquaculture. In: Bardach, J. E. (ed.), **Sustainable aquaculture**, John Wiley & Sons, p.101-126

FRANÇA FILHO, Genauto. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análises & Dados**, v.12, n. 1. 2002.

MAGALHÃES, A. R. M. Malacologia: **Importância Econômica**. In: XIV Encontro Brasileiro de Malacologia, Porto Alegre, p. 85-86, 1995.

PEREIRA, O. M.; GELLI, V. C.; HENRIQUES, M. B.; MACHADO, I. C.; BASTOS, A. **Programa de desenvolvimento da criação ordenada de moluscos bivalves no Estado de São Paulo**. Instituto de Pesca, Agência Paulista de tecnologia dos Agronegócios, Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Series Relatórios Técnicos, 2000.

SANTOS, I. G.; SCHOMMER, P. C.; ACCIOLY, M. C.; ICÓ, I.; CORRÊA, A. M. A. & OLIVEIRA, N. L. Aprendendo com identidades e diversidades de comunidades tradicionais de pesca e mariscagem do Baixo Sul baiano. Salvador: CIAGS/UFBA; FAPESB; SECTI; CNPq, 2009. 112p., il.

SCHOMMER, P. C. & SANTOS, I. G.; 2006. O Peso de Elementos Institucionais e Metodológicos na Balança das Relações Intersetoriais: Análise de Duas Experiências que Pretendem Contribuir para o Desenvolvimento Local. **Anais da VI Conferência Regional da International Society for Third Sector Research (ISTR) para América Latina e Caribe**. Salvador, Bahia, Brasil, 2007

SCHOMMER, P. C.; CORRÊA, A. M. A.; ICÓ, I. ACCIOLY, M. C.; & OLIVEIRA, N. L. Aprendendo a ser interdisciplinar: reflexões e experiências vividas no Marsol. In: SANTOS, I. G. & SCHOMMER, P. C. (Org.) **Aprender se Aprende Aprendendo: construção de saberes na relação entre universidade e sociedade**. Salvador: CIAGS/UFBA; FAPESB; SECTI; CNPq, 2010. Cap. 3. p 68 - 85.

SCHOMMER, P. C.; CORRÊA, A. M. A.; ICÓ, I. & ACCIOLY, M. C. Desafios da gestão intersetorial, interdisciplinar e internacional: aprendizagem na prática da maricultura familiar solidária em prol do desenvolvimento sócio-territorial In: SANTOS, I. G. & SCHOMMER, P. C. (Org.) **Aprender se Aprende Aprendendo: construção de saberes na relação entre universidade e sociedade**. Salvador: CIAGS/UFBA; FAPESB; SECTI; CNPq, 2010. Cap. 4. p 88 - 111.